



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 17/2014

----- Aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida por motivos pessoais conforme justificação apresentada, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 16/2014 referente à reunião ordinária de 22 de agosto. -----

----- Aprovada a ata n.º 16/2014 por maioria dos presentes com duas abstenções. -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e sessenta mil, oitocentos e oitenta e dois e noventa e sete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e um euros e oitenta e um cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

#### ----- RELATÓRIO DO INCÊNDIO NA VILA DA MARMELEIRA -----

#### ----- LOUVOR RECEBIDO NA LOJA DO CIDADÃO DE RIO MAIOR -----

#### ----- ACES LEZÍRIA, PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA ALOJAMENTO DE MÉDICO CUBANO --

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos acrescentando que revê no voto de louvor apresentado transmitindo em seu nome e também da Câmara Municipal votos de continuação do bom trabalho que vem sendo a ser desempenhado. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Registou com agrado a apresentação deste relatório detalhado que permite tirar algumas conclusões como a necessidade de serem efetuadas campanhas de sensibilização intensas à população acerca das causas de incêndio como a ausência de cultivo e/ou a limpeza de terrenos. Chamou ainda à atenção para a necessidade de a câmara ter um programa preventivo para os seus próprios terrenos de forma a garantir a sua limpeza e evitar comentários menos claras acerca de situações como constante deste relatório. -----

----- Relativamente ao voto de louvor apresentado disse considerar que uma das coisas que a câmara municipal tem de melhor são os seus trabalhadores e que não é de admirar que se reconheça à Dr.<sup>a</sup> Vanda Nunes outras capacidades e uma enorme competência e através dela estendeu o reconhecimento a todos os trabalhadores que a acompanham. Aproveitou ainda para se referir aos dados apresentados anteriormente relativamente à Loja do Cidadão concluindo que estes revelam que o número de desistências no atendimento nos serviços da administração central são muito superiores ao número apresentado pelos serviços de atendimento da câmara municipal totalizando um total de dois mil e trinta e dois onde apenas cento e sessenta e nove foram referentes ao atendimento dos serviços da câmara Municipal. Concluiu numa primeira impressão esta responsabilidade será atribuída à câmara municipal e aos seus funcionários, por ser esta entidade a responsável pela coordenação, desresponsabilizando a administração central e afirmou que por mais argumentos que se apresentem para estes números terá que se efetuar uma melhoria das bases informáticas no Espaço do Cidadão e nos serviços no Estado. -----

----- Relativamente à saúde afirmou que a política deste Governo é de desresponsabilizar-se daquelas que são as suas competências essenciais e para as quais os portugueses pagam impostos e que mais uma vez a câmara Municipal, e bem em sua opinião, assume a responsabilidade na rápida resolução da vinda de um médico para o centro de saúde e que no final nem sequer irá resolver os problemas

existentes, visto não se tratar de um médico de família, adiando-se, desta forma, a solução definitiva para o problema das oito mil e oitocentas pessoas indicadas como estando sem médico de família, que em sua opinião são mais. Concluiu que mais uma vez se exige à câmara municipal o exercício de competências que não são suas quando o ganho dos impostos pagos por todos fica no Estado central. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por endereçar os parabéns à Dr.<sup>a</sup> Vanda Nunes pelo trabalho desenvolvido não só na Loja do Cidadão mas também no Gabinete de Inserção Profissional que estendeu a todos os trabalhadores envolvidos. Lembrou ainda a resistência que houve na instalação da Loja do Cidadão no edifício construído de raiz no local onde se encontra com argumentos como o valor histórico dos edifícios existentes e a eventual violação do Plano Diretor Municipal, que levou à realização de diversas reuniões com as entidades competentes para provar o contrário e que não passaram de tentativas vãs para desvalorizar o investimento feito relativamente à Loja do Cidadão na zona histórica da cidade. Considerou que os dados apresentados provam o evidente fluxo de pessoas naquela zona e que em relação ao número de desistências espera-se que que mediante esta constatação, e a manter-se os dados, quem de direito possa reforçar a situação. Ainda em relação às afirmações que apareceram nas redes sociais e outros locais de que este seria um investimento que levaria cerca de cem anos a pagar, esclareceu que a renda que se iria pagar durante quinze anos no local inicialmente previsto para a instalação da loja do cidadão, e no qual não estariam instalados a IRN e a Segurança Social por falta de condições, deu para pagar a aquisição dos imóveis e a comparticipação de 15% no valor da obra que coube à Câmara Municipal pagar. -----

----- Relativamente ao incêndio ocorrido na Vila da Marmeleira esclareceu que este não teve início em nenhum terreno da propriedade da câmara Municipal e que o relatório é explícito relativamente à caracterização do mesmo. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Em relação ao voto de louvor endereçou os parabéns à Dr.<sup>a</sup> Vanda Nunes salientando que esta é a primeira Loja do Cidadão do país a ter a gestão de uma câmara municipal e, como tal, todos os votos, reclamações e sugestões têm que ser comunicadas à AMA o que constitui, a seu ver, um fator de credibilidade demonstrando que os municípios sabem gerir e fazer bem. Realçou que este voto é extensível a todos aqueles que colaboram com a loja do cidadão, direta ou

indiretamente, e que se trata de um incentivo a todos os trabalhadores da câmara municipal que trabalham bem e querem fazer bem. -----

----- Referindo-se ao relatório do incêndio disse que se trata de mais um trabalho exemplar, detalhado e que retrata os factos que ocorreram e que prova também o valor dos funcionários. Esclareceu ainda que relativamente à limpeza dos terrenos a câmara municipal limpa as suas propriedades de acordo com o que a lei e o regulamento prevêem, nomeadamente nas zonas urbanas e a criação de faixas de combustível. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por concordar com as duas intervenções anteriores e deixou uma nota relativamente ao pedido do ACES reconhecendo a sua atitude no sentido positivo. Considerou que no entanto é já tempo de o Estado pensar em reabilitar as habitações seu património que existem espalhadas pelo país e que durante sucessivos Governos foram deixadas ao abandono. Considerou que a filosofia inerente à sua construção era a fixação de técnicos e profissionais para exercer o seu trabalho em diversas localidades e que agora voltam a ser necessárias para o alojamento de médicos. Acrescentou ainda que, se no âmbito do concurso dos médicos para os diferentes centros de saúde, estivesse inerente o alojamento para aqueles que fossem deslocados haveria mais portugueses interessados em ocupar os lugares que agora vão sendo ocupados por médicos estrangeiros. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu ainda em relação ao pedido do ACES se encontra em anexo ao processo disponibilizado a ata da reunião do núcleo executivo do CLAS – Conselho Local da Acção Social, do qual faz parte a enfermeira chefe em representação dos centros de saúde, que ali manifestou sérias preocupações com a saída por reforma de várias médicos e que a vinda dos médicos estrangeiros de recurso, não resolvendo a situação, atenua um pouco esta situação. Disse ainda que a mesma informou ainda que a afluência aos centros de saúde tem vindo a diminuir e que os médicos portugueses não preenchem todas as vagas que são abertas e não concorrem aos concursos que são abertos para entrarem para o Sistema Nacional de Saúde, que por sua vez acaba por penalizar o centro de saúde de Rio Maior acabando por se recorrer aos médicos estrangeiros, que não sendo a situação ideal é o recurso que se encontra à disposição. -----

----- Deu ainda conhecimento de um convite para o fórum sobre o presente e o futuro da prestação de cuidados de saúde no distrito de Santarém, para o qual são

convidados deputados, autarcas, responsáveis das unidades de saúde profissionais, utentes, voluntários e outras identidades do sector e terá duas sessões, sendo uma em Tomar no dia 20 de Setembro e outra em Santarém no dia 18 de Outubro. -----

----- Ainda sobre o voto de louvor à Loja do Cidadão disse ser abordada muitas vezes na rua para lhe reconhecerem a mais-valia dos serviços concentrados e que, no final, é o esse o trabalho que se pretende desenvolver, ou seja, desenvolver projetos que sejam um benefício para a comunidade. Sobre os números apresentados, especificamente as desistências, afirmou que as razões para as mesmas constam dos dados apresentados e são de diversa natureza e que este número só é conhecido agora com a loja do cidadão porque anteriormente nem sequer eram contabilizados. --

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- No âmbito do início do ano letivo questionou, como já anteriormente o tinha feito, como é que está a situação do centro escolar 2 e a possibilidade de adequar o espaço quer quando à circulação de trânsito quer quanto à receção de crianças e dos pais. Questionou também acerca da situação já falada da requalificação e arranjo dos passeios que foram tirados na estrada de Alcanede e para quando se prevêem esses trabalhos e acerca do eventual corte dos plátanos do cemitério, situação pela qual tem vindo a ser confrontado por algumas pessoas. -----

----- Perguntou ainda qual o ponto da situação das transferências para as freguesias já que estava previsto ser presente a esta reunião um mapa sintético acerca das mesmas, e também qual o ponto de situação relativamente à ligação da Avenida Mário Soares e a Estrada de Alcanede. -----

----- No que respeita à FRIMOR afirmou que se sentiu alguma melhoria, que a opção da promoção do setor agro-alimentar foi um aspecto importante e que este talvez seja o caminho a seguir transformando a este certame na “feira de feiras”. Referiu que existem alguns caminhos que podem ser seguidos como o agro-alimentar, a agro-pecuária, as madeiras, o geológico, o turismo e também alguma capacidade instalada a nível das novas tecnologias. Disse existir, no entanto, uma preocupação que é que a perspectiva de futuro relativamente à FRIMOR como feira nacional da cebola já que os ceboleiros cada vez são menos e considerou que era importante sensibilizar outras entidades e associações para o apoio que estes precisam para fazer prosperar a fileira agrícola. Acerca da organização do evento salientou ainda que o preço praticado para os barris de imperial é quase o dobro do preço normal e que essa situação terá que ser revista por ser inoportuna para quem está na feira a vender. -----

----- Referiu-se também à abertura oficial do ano letivo e ao facto de só faltar um

centro escolar para a carta educativa do concelho de Rio Maior estar concluída, o centro escolar de Vale de Óbidos, que está ainda em *stand by*. Deixou um elogio à receção do povo de Fráguas e ao magnífico edifício do centro escolar 4 que do ponto de vista estético e de condições é impressionante. Continuou dizendo que, no entanto, ficou profundamente preocupado com o facto de ter sido escolhido para oferta, entre outros, um símbolo que não considera de Rio Maior mas sim um símbolo de violência e opressão que é a moca e considerou que tal não foi correto e que aquele não é digno de ser usado. -----

---- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Referindo-se à FRIMOR disse que com esta edição se assistiu à transformação do conceito e que sem deixar de exultar a cebola se regressou ao setor agrícola como motor de desenvolvimento económico e social. Considerou que o fomento a mostra de novas vertentes da produção agrícola, ligadas à qualidade e responsabilidade social, constituem a chave para o sucesso e que agora apenas resta associar-lhe as instituições de ensino ligadas à investigação e desenvolvimento agro-alimentar. -----

----- Disse que se iniciou mais um ano letivo e desta feita com algumas iniciativas da câmara que convidou todos os coordenadores e vice-coordenadores dos agrupamentos de escolas a fazer uma visita pelo concelho de Rio Maior para dar a conhecer o território e desta forma o associar aos conteúdos programáticos quando possível e informou que ficou decidido a realização de outra visita no final do ano letivo porque um dia foi escasso para percorrer todo o concelho. Deu também conhecimento de uma ação realizada por professores na Escola Secundária e na Escola das Marinhas do Sal, denominada “Saber como Pensar” e que se pretende que seja alargada a outras escolas para implementar novas estratégias. -----

----- De seguida informou que no mês de agosto foram devolvidas cerca de quinhentas faturas de água não entregues aos destinatários e que efetuado um levantamento exaustivo das razões que levaram à devolução das mesmas se verificou que não existe razão aparente visto grande parte das moradas estar completa e correta. Continuou dizendo que foi de imediato realizada reunião com o chefe do correio local que se desculpou pelo sucedido e que, não obstante existirem situações em que a entrega não é feita por falta de número de polícia e toponímia, uma grande percentagem não se deve a essas situação e a câmara suporta o peso da culpa de qualquer forma. -----

----- Deu conhecimento que a Liga dos Combatentes, no seu talhão no cemitério, inaugurou um ossário que resultou da uma parceria entre o município, que esboçou o plano de construção, e a junta de freguesia de Rio Maior que executou à sua

responsabilidade a obra. Relativamente ao corte dos plátanos no cemitério assegurou que não há, nem nunca houve, da parte do executivo municipal nenhuma intenção em fazê-lo. -----

----- Concluiu dizendo que o povo das Fraguas está de parabéns pelo seu empenho e pela forma como recebeu os cerca de seiscentos convidados que lá estiveram presentes para a inauguração do centro escolar 4 e que em relação à entrega da moca como oferta se trata de um símbolo com o significado e peso que cada um lhe quiser dar. Disse que de facto se trata de um objeto conhecido como “moca de Rio Maior” e que para uns tem significado negativo e para outros positivo e que realmente existiu tal como existiu o cravo e que se tornou o símbolo do 25 de Abril. Considerou que também a “moca de Rio Maior” é símbolo de um verão que restituiu a liberdade a uns e cortou os sonhos daqueles que se auto-intitularam os arautos dos valores de Abril que ainda hoje é necessário continuar e a manter vivos assim como todos os direitos e deveres dos cidadãos para que a democracia se mantenha sólida e para todos. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que Rio Maior está de parabéns com o novo formato da feira que integra agora esta vertente agroalimentar que a todos agradou. Disse tratar-se de uma inovação de louvar e que espera que a tradição dos ceboleiros e o expositor das cebolas não morra porque se trata de um elemento de muito importante e caracterizador da feira. -----

----- Questionou, em relação às Marinhas do Sal e perante o crescente movimento turístico naquele local, qual o ponto de situação do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal dada a crescente afluência de transportes e a imperativa necessidade de um parque de estacionamento e talvez a criação de uma rotunda que permita a circulação em segurança e evitando os acidentes que de quando em vez ocorrem não obstante a ponto existente estar bem feita e devidamente sinalizada. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar acerca dos problemas de funcionamento que se têm verificado com o repuxo do arranjo urbanístico efetuado no âmbito da requalificação da cidade em frente à Igreja nova. -----

----- Sobre o início do ano letivo referiu que o município de Rio Maior, à semelhança de outros municípios, tem vindo a assumir uma maior responsabilidade na gestão e condução dos assuntos relacionados com a educação, como as atividades extra

curriculares, os transportes e a alimentação e na manutenção de um conjunto de responsabilidades financeiras, ocupacionais e estratégicas, sendo esta última aquela que queria referir. Lembrou que cada vez mais compete ao Executivo Municipal, à Presidente da Câmara e à Vereadora do pelouro, traçar uma estratégia clara para a educação no território municipal assente numa dimensão da criatividade e da imaginação, deixando como nota positiva o fórum que decorreu em Rio Maior acerca desse mesmo tema e que considera fundamental para rasgar horizontes e elevar a educação. Considerou que era importante que se ultrapassasse o simples concretizar destas atividades de enriquecimento curricular e que existisse uma visão estratégica sobre aquilo que realmente se quer para a educação. Disse ainda que se deve apostar nas redes nacionais e internacionais do intercâmbio dos jovens e, em seu entender, a câmara municipal tem um papel líder em colocar os agentes da educação em contacto com o que melhor acontece a nível nacional e internacional e não deve preocupar-se única e exclusivamente com uma solução para os transportes, a alimentação e as atividades extracurriculares. Referiu ainda que olhando para exemplos de países do norte da Europa verifica-se que estes valorizam muito o princípio da autonomia, da criatividade e da imaginação ao contrário dos países do sul da Europa que valorizam aspectos mais operacionais e de método de trabalho, também eles importantes, mas atualmente há que estar muito atento a estas dimensões da inovação de imaginação e da criatividade e ao seu desenvolvimento. ----

----- Acerca da FRIMOR afirmou que o programa musical apresentado foi de muito baixa qualidade e que não pode esperar-se que um concelho desenvolvido em momentos emblemáticos e simbólicos do município ao invés de nivelar por cima se nivela por baixo comprometendo a diversidade das correntes artísticas e apresentando apenas uma visão musical. Salientou positivamente a mostra agroalimentar, que nasceu do debate efetuado em sede de reunião de Câmara, onde se falou que esta feira deveria ser o palco da valorização e da promoção das empresas do setor, agora desenvolvida e apresentada nesta edição da FRIMOR, pelo que deu os parabéns por esse facto. Acrescentou ainda acerca das questões da inovação, imaginação e de criatividade que compete à Presidente perante uma proposta de programa musical daquelas dizer que não é fazer disto um exemplo para outras iniciativas e não dizer que se trata de uma questão orçamental porque provavelmente com menos dinheiro poder-se-ia ter concretizado outro um outro alinhamento cultural. -----

----- Concluiu dizendo que se trata da sua opinião muito sincera sobre aquilo que deve ser a perspectiva de liderança da Câmara Municipal nos domínios da educação dos

nossos jovens, da criatividade e abandonar esses sinais dissonantes que se vão dando de que por um lado se quer fazer coisas interessantes e boas e depois por outro lado se apresentam práticas que a seu ver não são tão prestigiantes para o município e não valorizam as pessoas e os riomaiorenses e aquilo que deve ser o nosso consumo cultural. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Iniciou por se referir à inauguração do centro escolar de Fráguas dizendo acho que todos estão de parabéns pela forma como esta se realizou, pela sua qualidade, não só da inauguração mas também pela qualidade do edifício, e deixou um cumprimento especial a três que lideraram este processo: a Junta de Freguesia pelo relacionamento diário, o Vereador Carlos Frazão responsável pelas obras e a Vereadora Ana Filomena, responsável pelo pelouro da educação, cumprimento esse que estendeu a todos os que colaboraram na execução daquela obra. -----

----- Referindo-se depois a FRIMOR começou por esclarecer que em relação ao custo das bebidas é verdade que a câmara municipal tem um patrocínio nessa área, aprovado em reunião Câmara, mas que a câmara municipal não tem qualquer intervenção no relacionamento comercial entre a empresa e as entidades presentes no certame. Continuou dizendo que quando foi a reunião com as associações foi entregue uma tabela e que a maioria das entidades que consome esse tipo de bebidas são entidades privadas dos quais não chegou qualquer informação nesse sentido. Disse que este procedimento é o que normalmente tem sido praticado nas feiras de Rio Maior e que estará disponível para mediar um encontro se assim lhe for solicitado já que a câmara não tem qualquer intervenção formal nesse relacionamento comercial. Quanto à FRIMOR enquanto evento disse que desde 2010 tem havido um crescimento de forma sustentada e que esta feira está a ganhar alguma pujança tentando ir ao encontro daquilo que era há muitos anos atrás. Destacou várias atividades integradas no programa desta feira como o regresso do ciclismo, a feira equestre com a presença de quinze coudelarias da região, a mostra agroalimentar que teve grande sucesso muito graças ao empenhamento de Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior chamando à atenção das empresas o quão importante poderia ser a sua participação, o espaço Show Cooking com a parceria da Escola de Hotelaria e Turismo e por fim o seminário acerca das oportunidades para a agricultura organizado pela APRODER, pela Direção regional de Agricultura e Pescas e pela Rede Rural Nacional que esgotou a lotação. Acrescentou que o número de visitantes superou o habitual e que isso se deve também ao investimento da câmara na divulgação de todo o programa. Aproveitou então para se referir ao programa de espectáculos e evidenciou que o

programa cultural foi diverso com a apresentação de espectáculos de fado, sevilhanas, estes fora do palco principal e que, talvez por isso, não foram sido referidos. Fez ainda notar que embora seja possível outro tipo de espectáculo pelo mesmo valor, em anos anteriores quando foram apresentados a afluência de público foi mínima e que assim sendo se optou por outra escolha mais simples e apostar em termos orçamentais em outras áreas que podem fortalecer a feira enquanto mostra diversificada de vários ambientes. Considerou que poderá ser feito algum refinamento nos espectáculos a apresentar mas reconheceu que não existe capacidade financeira para trazer um artista ou grupo que garante a assistência de duas ou três mil pessoas e que em face disso se considera que o investimento na projecção sustentada de áreas como o agroalimentar tem mais importância para um certame com as características da FRIMOR. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referindo-se à moca como símbolo disse que em nada o choca este símbolo e como riomaiorense tem orgulho, não como instrumento de violência, mas como símbolo que representa também, em seu entender, a liberdade que decorre de um confronto de ideologias que foi ultrapassado, assim como tem que se encarar como liberdade ver alguns militantes da CDU e do PCP a fazer divulgação da Festa do Avente a entrada da FRIMOR. -----

----- De seguida informou que o concurso para a recuperação da Estrada Nacional 1 no Alto da Serra foi já lançado na plataforma e que a obra da estrada em Asseiceira está já na fase de conclusão da colocação dos gabiões, foi feita por uma empresa especializada e que é responsável pela mesma durante cinco anos, e ainda que as obras em Casais Monizes e na estrada Casal da Velha/Gançaria estão em fase de acabamentos e pinturas. Informou também que a nova cobertura da Escola Fernando Casimiro foi já colocada e que foi também enviada para Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo uma lista dos edifícios públicos com fibrocimento. -----

----- Acerca da FRIMOR afirmou que a feira foi um êxito, endereçando desde logo os parabéns a todos aqueles que integraram a organização e nela colaboraram e que o modelo que agora está a ser desenvolvido vem já de uma estratégia delineada no Plano Estratégico do Concelho de Rio Maior elaborado e aprovado no anterior executivo, que previa como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento do setor agroalimentar da região. -----

----- Relativamente ao chafariz em frente à igreja nova esclareceu que se trata de um problema de inundação da casa das máquinas que acontece invariavelmente durante o fim-de-semana e que se encontra a ser novamente resolvida e esclareceu também

que a rotunda da Praça da Republica está desligada porque devido à trovoada houve uma inundação também na casa das máquinas, razão pela qual foram retiradas as bombas para se regularizar a situação. -----

----- Deu ainda conhecimento que por causa da medida Licenciamento Zero e em especial no que respeita ao Sistema de Indústria Responsável, vai ser criada uma comissão interna na câmara para acompanhamento destas situações e para o desenvolvimento de procedimentos que permitam a rápida emissão de licenças. -----

----- Sobre a regeneração urbana informou que o levantamento respeitante à área da ARU está bastante adiantado e que até final do ano todo o trabalho deve estar concluído para que quando for apresentado o novo quadro comunitário de apoio existam condições para a apresentação de possíveis projetos naquela zona. -----

----- Quanto ao centro escolar de Fráguas disse estar bastante orgulhoso daquela obra e do projeto, quer pela capacidade empresa que a executou quer por todo o carinho que sempre foi manifestado pela junta de freguesia e pela população local. Continuou dizendo que se tratou de uma obra que serviu também como uma escola para todos os técnicos, como deve ser feita uma obra, que cuidados se deve ter e que resultou numa das melhores instalações a nível nacional pela sua disposição, pela sua conceção e pelo projeto, conforme foi salientado pelo próprio Secretário de Estado. ----

----- No que se refere aos passeios na Estrada de Alcanede confirmou que continuavam por arranjar mas que neste momento há que estabelecer prioridades e outras obras como as da Estrada Nacional 1 e as obras nas casas de banho do cemitério, se tornaram mais urgentes. -----

----- Acerca da ligação da Avenida Mário Soares com a Estrada de Alcanede a situação teve algum atraso e que foi já contactado o Grupo SONAE para o agendamento de uma reunião aguardando-se agora um contacto por parte deles. -----

----- Relativamente ao Plano de Pormenor das Salinas que começou a ser desenvolvido no anterior mandato informou que para a sua rápida e definitiva conclusão se pretende ir abrir um concurso para que este seja terminado por uma equipa externa, esperando também que o próximo quadro comunitário possa trazer algum apoio nesse âmbito. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para em sua defesa dizer quem acompanhou e viveu o verão quente sabe que a moca foi utilizada para a perseguição de comunistas que aqui viviam e trabalhavam e que não pode admitir que esta seja indicada como um símbolo de Rio Maior. Quanto à divulgação da festa do Avante na FRIMOR serve essencialmente

para levar o nome de Rio Maior mais longe e que naquele evento foram divulgados e vendidos produtos daqui tal como o Pão-de-ló, a carne, o pão e que esta divulgação é feita numa perspectiva de promoção e independente dos partidos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com tudo o que foi dito acerca do centro escolar de Fráguas e que foi compensador ver o resultado final, que nunca pode ser garantido, e que esta obra foi realmente exemplar desde o projeto à sua conclusão. Disse ainda que o próprio local e a toda a zona envolvente contribuíram, em conjunto com o magnífico edifício, para que este se possa considerar uma obra de elevada qualidade. -----

----- Acerca das transferências para as freguesias disse que o mesmo não foi já disponibilizado porque está já agendada uma reunião com os presidentes de junta para tratar vários assuntos entre os quais os acordos de execução e os contratos interadministrativos. Disse ainda que se prevê um total de quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta euros protocolados para transferências, sendo que em despesas correntes são aproximadamente cento e oitenta e oito mil euros e em despesas de capital aproximadamente duzentos e sessenta e cinco mil euros. Acrescentou ainda que a previsão mensal é de sessenta e cinco mil e quatrocentos euros no mês de setembro, noventa e cinco mil euros no mês de outubro, cento e vinte e três mil e quinhentos euros no mês de novembro e cento e setenta mil euros no mês de dezembro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES NO ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 53/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 25 de agosto do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovação de minuta de contrato para a aquisição de serviços para realização de circuitos especiais no ano letivo 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável salientando, no entanto, este Governo continua a fazer das autarquias locais suas criadas porque o dinheiro que transferem

não paga o exigido e que até agora nem sequer foi ainda transferido e que esta não é a maneira correta de gerir. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 56/2014, DE 5 DE SETEMBRO – APROVAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FRÁGUAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 56/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 5 de setembro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a denominação do Centro Escolar localizado na Ribeira de Fráguas, freguesia de Fráguas, como Centro Escolar de Santo António. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável para este assunto mas questionou se poderia ter conhecimento dos despachos que foram emitidos entre aqueles que são presentes à câmara visto a numeração não ser sequencial. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que os despachos que vêm à câmara são apenas os proferidos ao abrigo n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e que os outros são despachos são acerca de matérias próprias, delegadas ou subdelegadas. --

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis em todo o concelho: Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,4%; Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112º do CIMI e não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.º (s) 6, 7, 9 e 12 do artigo 112º do CIMI. -----

----- Acrescentou ainda que estes valores são ao encontro dos do ano passado e dos últimos anos e que muito embora a informação técnica fosse no sentido de um aumento da taxa de IMI para os prédios urbanos decidiu que esta se manteria, não aplicando assim as taxas máximas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Iniciou por dizer que foi com agrado que verificou que a presidente decidiu não

umentar a taxa mas indicou o sentido de voto como desfavorável porque após uma análise às taxas praticadas em vários municípios verificou que Rio Maior é dos que tem a taxa de IMI mas alta e que isto não significa de todo que este seja um concelho com maior poder para o fazer. Acrescentou que 69% dos municípios têm uma taxa inferior à de Rio Maior e que embora compreenda que são necessárias receitas existem municípios como Lisboa e Caldas da Rainha que praticam uma taxa inferior, este último de 0,3%. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se pela coragem da Presidente em contrariar o parecer técnico e salientou que a questão da fiscalidade não pode ser vista apenas como gestão corrente, tem que ser vista numa perspectiva de aliciamento e capacidade atração e como um vetor fundamental, que é o que alguns concelhos estão a fazer devido ao cansaço fiscal que se instalou no país, que não é culpa das câmaras. Acrescentou ainda que numa estratégia destas seria uma mais valia ouvir a oposição e que era de grande importância ter uma política de consenso. Indicou o sentido de voto como desfavorável. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Perante a proposta de se manter o valor do ano passado questionou qual é a estratégia fiscal para os próximos anos porque, em seu entender, qualquer organização deve ter um planeamento e uma perspectiva futura acerca de matérias desta natureza. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Respondeu que só após a amortização da dívida que foi herdada é que poderão haver condições para reduzir impostos e que muito embora fosse do seu maior agrado aplicar uma taxa mais baixa enquanto existirem compromissos para honrar tal não poderá acontecer. Acrescentou ainda que os municípios que têm dívida inferior ao município de Rio Maior, como as Caldas da Rainha, podem praticar outra taxa mas também os há que obrigatoriamente têm que praticar a taxa de 5%. Acrescentou que para haver comparações com os melhores terão que haver condições para isso e que é imperativo ser realista tentando que, à semelhança do mandato anterior em que se conseguiu amortizar seis milhões de dívida, se consiga continuar a reduzir embora numa altura em que é já mais difícil depois dos já cortes efetuados no mandato anterior, acrescendo ainda o facto de em 2015 se ter que assumir os encargos acrescidos da contribuição para o Fundo e Apoio Municipal, despesa que não estava prevista anteriormente. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Referiu que numa análise puramente técnica o que deveria ser aprovado era a proposta dos serviços devido à diminuição das receitas que se tem verificado e à diminuição das transferências do Estado porque existem muitos compromissos da câmara municipal que têm que ser honrados. Continuou dizendo que entre esses compromissos estão os custos da dívida, seja em juros seja em amortização e que em face disto não pode haver comparação com outros municípios que não têm este custo, e muito embora se tenha já reduzido, no mandato anterior, em seis milhões, neste mandato a redução já não será num montante tão elevado mas mesmo assim haverá redução porque ela tem que ser feita. Admitiu ainda que se poderá baixar a taxa de IMI para 0,3%, mas então terão que dizer onde é que se poderá ir arrecadar a receita que poderá compensar essa descida porque se houver essa possibilidade poder-se-á discutir essa redução mas não havendo qualquer alternativa para a arrecadação dessa receita essa possibilidade não poderá concretizar-se. Considerou ainda que a decisão de não aplicar a taxa proposta pelos técnicos é uma decisão política que implicará, em termos de gestão, o estudo de uma forma para compensar a não aplicação da taxa máxima. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com três votos contra. -----

----- **PONTO III - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de participação de 5% sobre o IRS, nos termos previstos no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Questionou quanto é que está previsto no Plano e Orçamento do corrente ano para apoio na ação social do município às famílias carenciadas visto que esta percentagem retirada nos impostos se destina precisamente a isso. -----

----- **CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO** -----

----- Esclareceu, a pedido da Presidente da Câmara, que não existem verbas consignadas mas que uma das vertentes, para além de outras, será a ação social. ----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Chamou à atenção que isto não era uma responsabilidade da Câmara Municipal

nem da Assembleia Municipal e que aquilo que o poder central está a fazer é que o ónus do imposto seja da autarquia, ou seja, roubam desde 2009 1,2 milhões de euros às autarquias, roubam o Fundo de Apoio Municipal para pagar os excessos dos outros em que Rio Maior vai ter que pagar setecentos mil euros para fazer face às dívidas alheias, tiram e transferem competências e não transferem o bloco financeiro e utilizam sempre a mesma técnica de colocar a autarquia no dilema de ter que fazer obra, para a qual retiram receita, e de dar a cara, como na Loja do Cidadão, saúde, transportes da educação, como se fosse a câmara municipal a culpada disto. Considerou que a maneira de resolver o problema não é continuar a pisar nos cidadãos que pagam impostos e sim a ação conjunta da Associação Nacional de Municípios e das autarquias no sentido de reivindicar e afirmar que esta não é a política do poder local. Indicou o sentido de voto como desfavorável por questões políticas e embora reconhecendo a dificuldade do executivo para conseguir reduzir verbas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções e um voto contra. -----

----- **PONTO IV - LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de derrama em 1,4% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2014; não aplicar os critérios específicos previstos no n.º 3 do artigo 18º; lançar taxa reduzida em 1% para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, conforme previsto no n.º 4 do artigo 18º e não conceder qualquer isenção total ou parcial de derrama, conforme previsto no artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque se trata de uma taxa aplicada sobre o lucro e que não está a comprimir e a espezinhar quem já vive tão dificilmente visto que só paga a derrama quem tiver lucro. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES**-----

----- Relativamente a este ponto disse que embora os impostos sejam um mal necessário já que é daí que provem a grande parte das receitas, considera que este imposto é desde logo desincentivador da fixação de empresas em Rio Maior e que havendo já um sufoco tão grande dos empresários deveria haver um incentivo para a criação de riqueza e de postos de trabalho. Indicou o sentido de voto como

desfavorável. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Disse que a sua opinião sobre este assunto assenta numa logo de desenvolvimento e competitividade territorial e que independentemente da sua saúde e gestão financeira, a Câmara Municipal deve também olhar para o seu território e para a captação de investimentos e empresas e analisando os municípios vizinhos percebe-se que as taxas e soluções fiscais mais atrativas. Disse ainda que a proposta apresentada, numa lógica de desenvolvimento territorial, não é competitiva e de interesse para o desenvolvimento económico do concelho numa lógica da captação e manutenção dos investimentos. Indicou o sentido de voto como desfavorável. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Afirmou que qualquer proposta mais favorável é bem vinda desde que com a mesma se apresente também qual a forma alternativa de arrecadar a receita que daí poderá advir ou qual o imposto que se aumenta para fazer face a uma taxa zero neste ponto. Referiu que se assim for as propostas podem ser discutidas e chegar-se a um entendimento. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que não entende as posições tomadas visto que foi já no anterior executivo que foi baixo o valor do derrama e que antes disso o valor era superior e não havia estas preocupações que agora surgiram. Relativamente aos impostos em geral disse não poder ser esquecido que para além do Município de Rio Maior, no mandato anterior, ter baixado a dívida em cerca de seis milhões, existe um défice crónico com a água, o saneamento e a recolha de resíduos. Afirmou que é evidente que poder-se-ia tomar a decisão de baixar para zero todos estes impostos ou até de dar a todos os residentes um incentivo fiscal, só que provavelmente a consequência seria deixar de haver recolha de lixo, deixar de haver fornecimento de água, deixar de haver limpeza urbana, deixar de haver comparticipação para a ação social, etc., e que assim sendo esta é sempre uma questão de escolha. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concluiu lembrando, no que se refere a fixação de empresas, que quem se instalar no Parque de Negócios, durante dez anos, está isento de pagar IMI e imposto sobre as transações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com dois votos contra. -----

----- (A Presidente da Câmara ausentou-se da sala neste momento.) -----

----- **PONTO V - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – PARAPEDRA, S.A.** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer o interesse público municipal à ampliação proposta e submeter o assunto à Assembleia Municipal para emissão da respetiva declaração nos termos do disposto da alínea b) do n.º 2 do artigo 6º do anexo I à Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que em face da revisão do Plano Diretor Municipal ainda estar a decorrer se está a resolver os problemas do território e das empresas de forma pontual o que significa que esta se torna cada vez mais importante e que a esse nível, para além do levantamento destas necessidades que têm que ver com o tecido económico e com o ambiente, rapidamente se resolvam para que o interesse público municipal não seja instrumento de gestão territorial porque não é esse o seu objetivo. Indicou o sentido de voto como favorável contudo disse que devia ter sido anexo ao documento a ata ou o documento da compra ou do registo na conservatória porque no parecer da DRAPLVT que consta do documento é referido que a requerente não é proprietária do prédio e que em face disso foi o próprio averiguar a situação e apurou que a escritura está feita e que, por isso, irá votar favoravelmente não obstante considerar que o documento apresentado está incompleto. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Questionou, em face das informações constantes do processo, se o requerente comprovou a inexistência de alternativas de localização para a exploração da pedra em áreas não integradas na reserva Agrícola Nacional, uma que existem uma série de pressupostos que são cumulativos e este é um deles. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Relativamente a este pedido de declaração de interesses público municipal, à semelhança de outros pedidos que têm vindo a ser apresentados à Câmara Municipal ao longo dos últimos anos, confessou que sempre teve uma sensação de desconforto ao analisar este tipo de documentos porque se sente uma certa pressão em despachar favoravelmente já que se trata de algo apresentado como de grande interesse, como criador de postos de trabalho e como importante para o desenvolvimento económico. Continuou dizendo que existe porém um conjunto de interesses conflitantes como sejam o interesse agrícola, o interesse florestal, o interesse paisagístico, o interesse ambiental e que se acredita que existirá uma entidade exterior à Câmara Municipal que irá ter a missão e a responsabilidade, com conhecimento, discernimento, capacidade de análise de tomar uma boa decisão, após

aquele que aqui é tomada. Disse que perante a informação disponibilizada e o curto espaço de tempo para sua análise e as dúvidas já levantadas nas intervenções anteriores, não se sente confortável para se pronunciar favoravelmente, independentemente de concordar com os fundamentos apresentados e que a empresa é importante, geradora de postos de trabalho e que a fileira da pedra é importante para o município. Em face disso, acrescentou ainda que há assuntos que são apresentados em reunião de Câmara para os quais valeria a pena, no futuro, pensar-se em reunir previamente porque são de grande importância para o concelho e igualmente sensíveis, tal como o que agora se apresenta já que aquilo que está em causa é uma ampliação para quase seis vezes mais a área atual e que muito embora confie e acredite na boa fé dos técnicos da Câmara Municipal não se sente confortável para votar favoravelmente, indicando, assim, o sentido de voto como abstenção. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Relativamente à falta de documento referida esclareceu que a situação já está regularizada e lembrou que este assunto já foi presente à Câmara Municipal anteriormente mas que na altura houve um erro de cartografia por parte do proponente que induziu os serviços da câmara a considerar que o terreno não fazia parte da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e quando surgiu um novo pedido e foram confrontadas as cartas conclui-se efetivamente que a ampliação da pedreira iria ocupar uma zona de RAN. Quanto à localização informou que se trata de uma zona que irá servir para extração de bloco de pedra que só se faz naquele local. Concluiu dizendo que não o choca rigorosamente nada votar favoravelmente o assunto porque entende que acima de tudo, em tempo de crise, não se deve criar obstáculos e por em causa o desenvolvimento e continuidade da empresa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções. -----

----- **PONTO VI - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 3 DO DESPACHO N.º 5697/2011, DE 1 DE ABRIL – REGULARIZAÇÃO DA PEDREIRA VAC – VITALINO ADRIÃO CASINHAS, LDA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos fundamentos apresentados na informação e parecer em apreço e para os efeitos previstos no n.º 3 do despacho n.º 5697/2011, de 1 de abril, acolher a pretensão da exploração em causa no procedimento de revisão do plano director municipal de Rio Maior em curso. -----

----- (A Presidente da Câmara voltou à sala neste momento.) -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse que se trata de uma resposta à ausência de um instrumento de gestão territorial e nesta perspectiva é pior estar ilegal ou irregular do que contribuir para a sua regularização, sendo que o acolhimento desta pretensão na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) significa que há ainda o espaço de negociações para ser acolhido ou não. Concluiu que aquilo que se está a aprovar é o acolhimento desta exploração no procedimento da revisão do PDM. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **PONTO VII - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DOS LOTES DA ZONA INDUSTRIAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a alteração ao regulamento de ocupação dos lotes da Zona Industrial de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção porque os elementos disponibilizados não permitiram o conhecimento claro da situação que se trata neste ponto. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse que esta alteração ao regulamento é pontual e para resolver um problema concreto e afirmou que se deve ir mais longe, para que a zona industrial se torne de facto atrativa, quer ao nível da posse quer do direito de superfície, que em sua opinião, é estruturante, pelo que considerou que esta é uma forma de gestão casuística. Indicou o sentido de voto como abstenção porque a zona industrial tem que ser vista como uma alavanca para o desenvolvimento e em muitos casos o passado herdado é grave, a nível da posse, a nível de infraestruturas, a nível da qualificação e nessa perspectiva disse que o executivo deve rapidamente encontrar espaços, candidaturas, projetos para existir uma visão mais integrada e que corresponda aos anseios dos industriais e que resolva as muitas queixas relativamente a situações que lá existem. --

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com três abstenções. -----

----- **PONTO VIII - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM COVA, FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE AMARINO CALDEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há

inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM QUINTA DA AMIEIRA, FREGUESIA DE ASSEICEIRA EM NOME DE JOSÉ JOAQUIM COELHO ANTUNES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM VAL DA GRIMANEZA, FREGUESIA DE ARROUQUELAS EM NOME DE SILVINO DA TORRE QUINTINO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - AUTORIZAÇÃO PARA AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE FESTAS E MELHORAMENTOS DE AZINHEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a afixação de publicidade condicionada às informações e pareceres emitidos e aprovar a isenção de pagamento das taxas devidas nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22º do regulamento de taxas do município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – PROTOCOLO COM ENTIDADES PARCEIRAS PARA O ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a denúncia dos protocolos estabelecidos com a Associação de Melhoramentos, Cultural, Recreativa e Desportiva de São Sebastião, com o Centro Cívico e Recreio do Outeiro da Cortiçada, com a Junta de Freguesia de Fráguas, com a União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João e com a Associação Representativa Desportiva e Cultural de Vale de Óbidos; a prorrogação do protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Asseiceira e a realização da despesa no valor total estimado de 340,00€ (trezentos e quarenta euros) para o ano letivo de 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII - RECONHECIMENTO DA TITULARIDADE DE MAUSOLÉU NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE RIO MAIOR – MARIA JOÃO CALADO DA MAIA, CABEÇA DE CASAL NA HERANÇA DE JOÃO AFONSO CALADO DA MAIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é reconhecer a titularidade do Mausoléu n.º 1, sito no talhão 1 do cemitério de Rio Maior, e proceder à emissão do respetivo alvará de concessão. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV - CEDÊNCIA ATRAVÉS DE CONTRATO DE COMODATO DE SALAS NO 2º PISO DO ESPAÇO POLIVALENTE COM FUNÇÕES CÍVICAS, LÚDICAS E SOCIAIS À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a Câmara Municipal avocar a competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delegada na Presidente da Câmara através da deliberação tomada em reunião do dia 24 de outubro de 2013, para, neste caso concreto, aprovar a cedência através de contrato de comodato de três salas no segundo piso do Espaço

Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e Sociais à Associação Cultural do Concelho de Rio Maior, nos termos constantes do protocolo em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Disse que considera uma ótima ideia que a Associação Cultural do Concelho de Rio Maior ocupe aquele espaço agora que está a tentar redinamizar a escola de música e que o princípio da igualdade e da concorrência com outros operadores e outros agentes culturais está seguramente salvaguardado porque sempre que alguém, na figura de uma associação ou de uma identidade se dirigir à Câmara Municipal esta vai obviamente encontrar todas as formas igualitárias e equitativas de tratamento e que, em face disso, só existem vantagens nesta parceria. Disse ainda estar bastante satisfeito pelo facto da zona antiga de Rio Maior, através do espaço da Loja do Cidadão, seja refundada, desenvolvida, dinamizada e reanimada e aproveitou para dizer que na altura teve oportunidade de votar contra e manifestar-se contra o negócio imobiliário pelos valores de avaliação serem cerca de 30% acima do valor de mercado, mas que fica agora muito satisfeito pelo facto de esta zona ser reanimada e que a escola ocupe aquele espaço com qualidade, porque é a qualidade do que se faz e a ambição com que se faz que a diferença e em sua opinião há que ser ambiciosos e dinâmicos e fazer as coisas com qualidade para que aquele espaço e a praça sejam um palco das actividades ali desenvolvidas. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que como antigo Presidente da Associação Cultural do Concelho de Rio Maior sabe perfeitamente que esta teve altos e baixos sendo o pior a morte do mestre António que fazia pela circular a associação com o coral e a orquestra. Afirmou que agora se está no bom caminho e que o facto de haver jovens que tiveram a coragem de estar disponíveis para assumirem os corpos sociais da Associação Cultural todos do concelho de Rio Maior quer dizer que estamos de parabéns porque ainda existem jovens que não se esquecem do passado e que apostam no futuro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei a favor porque confio e espero que este projeto não seja, também cá estaremos, para realizações pessoais, que não seja para aproveitamentos partidários e que Rio Maior possa de facto honrar a história da associação que mesmo com altos e baixos tem história e uma das coisas melhores que nos faz crescer enquanto riomaiorenses é a história e não a moca.” -----

----- **PONTO XV - RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
“O NINHO” – UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é renovar o protocolo e respetiva transferência financeira nos termos das cláusulas 2ª e 4ª da sua versão atual. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI - PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA FMES- FUNDO MUNICIPAL EMERGÊNCIA SOCIAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de regulamento para o Fundo Municipal de Emergência Social. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este é um ponto que não gostaria de estar a discutir e votar e que as câmaras hoje cada vez mais, pela responsabilidade que têm, se substituem aos poderes do Estado. Referiu que este fundo é para situações de emergência, não só de emergência financeira mas também de emergência de habitação, de medicação e outro tipo de acolhimento. Indicou o sentido de voto como favorável na esperança de haver a inteligência, criatividade e capacidade de, com a prática, se reduzir o mais possível e que este fundo de emergência social possa ajudar naquilo com que todos somos confrontados todos os dias, com pessoas que nada têm e que esta é uma triste realidade. Considerou que a câmara está a cumprir um dos seus desideratos e provavelmente no próximo ano a situação se irá agravar e como tal há que estar preparado para isso. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 12 DE SETEMBRO DE 2014**

----- Quando eram doze horas e vinte e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:** \_\_\_\_\_